



PODER LEGISLATIVO - ESTADO DO MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

CNPJ: 04.217.371/0001-80

REQUERIMENTO Nº: 31/2020

REQUERER AO PREFEITO MUNICIPAL DE
SANTO ANTONIO DO LESTE – MT.

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº:030/2020 de 05 de junho de 2020.

Assunto: Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo Municipal a realizar cessão de uso de prédio para ser utilizado pela Agropecuária Três Estrelas – Fazenda Palmital e das outras providências.

Com fundamento no que preceitua o artigo nº: 152 e 155, do Regimento Interno da Casa, requeiro ao Presidente desta Casa de Leis, para que seja encaminhado esse Requerimento ao Excelentíssimo Prefeito Municipal uma explicação.

R.I art. 155. Encaminhado um requerimento de informações, e estas não forem prestadas dentro de 15 (quinze) dias, o Presidente fará reiterar o pedido, através de ofício em que acentuará aquela circunstância.

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, o projeto de lei visa autorização para cessão de uso de prédio público pela Agropecuária três Estrelas (Fazenda Palmital), diante dos fatos noticiado até essa comissão, requeiro os documentos que segue:

- a) Cópia do requerimento solicitando a disponibilização do bem público formalizado a Prefeitura Municipal pela Agropecuária Três Estrelas, Fazenda Palmital, devidamente assinado pelo seu representante legal com cópia dos documentos.

Uma vez que só porque a Fazenda gera receita ao município não seja requisito de uso de bens público, e a Cessão de uso é a transferência

Protocolo nº 1362020

Data 15/06/20

Sub J. Buto



PODER LEGISLATIVO - ESTADO DO MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

CNPJ: 04.217.371/0001-80

gratuita da posse de um **bem público** de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado.

O instituto clássico para a utilização de bem público para objetivos estritamente privados é a autorização de uso de bem público, cujo elemento marcante se apresenta indubitavelmente a precariedade, além do seu caráter unilateral e discricionário.

Logo se percebe que o projeto está devidamente se resguardo em cessão (ceder), enquanto sessão não pode cobrar aluguel.

Fico no aguardo destes documentos, para começarmos a analisar o referido projeto.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 2020.

Edemil Pereira Saldanha
Edemil Pereira Saldanha

Vereador – DEM.

28/01

SANTO ANTÔNIO DO LESTE

1998

Protocolo nº 136/2020

Data 15/06/20

Kula J. Brito